

das Serras do Porto»; um projeto que veio a merecer o alto patrocínio da Presidência da República;

Decorrente da entrada em vigor do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, operado por força da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que introduziu a figura de delegação de competências, concretizada por força da celebração de contratos interadministrativos e acordos de execução, enquanto jurista, participou no acompanhamento do processo, até à celebração e execução dos referidos contratos;

Foi membro integrante, durante os anos de 2015 e 2016, do Núcleo de Apoio Técnico do Orçamento Participativo Jovem de Valongo, elaborando as Normas de Participação e respetivo enquadramento técnico-jurídico das propostas apresentadas;

Participação em eventos de âmbito internacional, como seja a celebração Semana Europeia de Democracia Local, um projeto de dimensão Europeia promovido pelo Conselho da Europa, durante os anos de 2014, 2015 e 2016, integrando a equipa responsável pela organização da referida semana, organizando e promovendo seminários e eventos alusivos ao tema;

Participação em vários Júris de Concurso, no âmbito da Gestão de Recursos Humanos, quer do Regime de Aquisição de Bens e Serviços e Empreitadas na Administração Pública.

3 de abril de 2018. — A Presidente da Câmara, *Dr.ª Cristina Lasaleté Cardoso Vieira*.

311253892

## MUNICÍPIO DE MATOSINHOS

### Aviso n.º 4975/2018

Torna público que, a Câmara Municipal em sua reunião ordinária de 7 de novembro de 2017, submeteu à Assembleia Municipal em sessão ordinária, de 5 de fevereiro do corrente ano, a aprovação da terceira adenda ao anexo III do RTORMM, relativamente à fundamentação económica financeira da TRIU, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O documento encontra-se à disposição, para consulta, no site da Câmara Municipal, em Regulamentos

## Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais

### Fundamentação da TRIU

A taxa pela realização, manutenção e reforço das infraestruturas urbanísticas (TRIU) é fixada tendo em conta o programa plurianual de investimentos municipais na execução, manutenção e reforço das infraestruturas gerais e em função dos usos e localização das edificações (art.º 116 do RJUE).

A TRIU varia proporcionalmente ao investimento municipal que a operação urbanística em causa implicou ou venha a implicar, demonstrando a existência de custos programados como necessários a um reforço das infraestruturas, custos esses que estando programados, serão naturalmente assumidos a curto/médio prazo. Desta forma, de acordo com os princípios estabelecidos na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que estabelece o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, a TRIU apenas poderá ser cobrada relativamente às operações que devido à sua natureza, impliquem um acréscimo com os encargos públicos de realização, manutenção e reforço de infraestruturas, devendo ter por base o investimento municipal na realização destas. Tal taxa variará, assim, proporcionalmente ao investimento municipal que a operação urbanística em causa tenha implicado ou venha a implicar.

A fórmula de cálculo prevista no atual RTORMM, tem, entre outros, o objetivo de simplificar a sua compreensão e aplicação, nomeadamente pelos respetivos sujeitos passivos, respeitando, porém, o princípio da proporcionalidade previsto no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, e evidenciando a proporção entre as participações, públicas e privadas, subjacentes à TRIU.

$$TRIU = PPI/ATC \times A \times L \times U \times H$$

em que:

PPI = Montante previsto no Plano Plurianual de Investimentos do Concelho (\*);

ATC = Área Total do Concelho consideradas as Áreas Urbanas e Urbanizáveis de acordo com o Plano Diretor Municipal (\*);

A = Somatório da Área de Construção Coberta e Descoberta prevista na Operação Urbanística;

L = Fator de Incentivo em função da Localização (\*) (\*\*);

U = Fator de Incentivo em função do Uso (\*);

H = Fator de harmonização (\*).

(\*) Parâmetro previsto no Anexo I atualizável anualmente.

(\*\*) Zonamento previsto no Anexo V atualizável anualmente sendo os fatores PPI, ATC, L, U e H aprovados anualmente por deliberação da Assembleia Municipal

Atendendo a este mesmo princípio de proporcionalidade, pretende-se que a TRIU a arrecadar compense o benefício do sujeito passivo, ainda que futuro ou eventual.

Sendo a taxa pela realização, manutenção e reforço das infraestruturas urbanísticas justificada pelo investimento municipal na realização, manutenção e reforço de infraestruturas gerais, entre as quais estão as infraestruturas viárias e também os equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer, e as ações de proteção do ambiente que apoiam o funcionamento urbano do concelho e viabilizam a expansão da ocupação urbanística desse território, pode concluir-se através da Tabela anexa que estabelece a relação entre a receita arrecadada através desta Taxa e o total de investimento municipal no mesmo tipo de ações no triénio de 2007 a 2009, período inicialmente estudado para efeitos de adequação do valor da TRIU, que a mesma assumia um peso médio de 15,57% face ao Plano Plurianual de Investimento Municipal (PPI), acima, portanto, dos 10% que tem sido a média de tributação nacional para esta taxa face a esse investimento municipal.

Mesmo atendendo à previsível redução da receita por efeito da retração do investimento privado que já se vinha verificando já no triénio 2007-2009 em análise, e levando em consideração, no ano 2007, valores similares aos arrecadados em 2008 e 2009 de TMU, ainda assim, se verifica que o peso médio da mesma face ao PPI é, nesse triénio, de cerca de 10,8%.

O fator de localização introduzido na fórmula pretende funcionar como incentivo à construção nas zonas do concelho já consolidadas, delimitadas e predefinidas como prioritárias, e abrangidas por Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.

O fator de harmonização introduzido na fórmula visa estabilizar o valor da taxa ao longo do tempo, de forma a não refletir imediatamente, mas de forma harmoniosa e tendencial, picos de investimentos públicos deliberados pelos órgãos colegiais, ou variações abruptas na Área Total do Concelho consideradas as Áreas Urbanas e Urbanizáveis de acordo com o Plano Diretor Municipal, que não obstante se terem que refletir inevitavelmente na TRIU, já que irão potencialmente beneficiar o sujeito passivo, não poderão por em causa outros princípios legalmente atendíveis, tais como o da igualdade e da segurança jurídica.

	2007		2008		2009	
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução
<b>1. Infraestruturas urbanísticas</b>	<b>12 195 362,00</b>	<b>6 092 214,55</b>	<b>11 686 990,28</b>	<b>6 711 376,36</b>	<b>20 392 016,00</b>	<b>6 232 877,32</b>
Rodovias	11 985 360,00	5 987 265,07	10 886 989,28	6 413 482,87	17 362 015,00	6 198 547,72
Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	210 002,00	104 949,48	800 001,00	297 893,49	3 005 001,00	9 600,00
RSU	0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00	24 729,60
<b>2. Equipamentos Públicos</b>	<b>17 278 580,33</b>	<b>9 613 326,32</b>	<b>25 193 258,00</b>	<b>16 837 021,77</b>	<b>27 810 144,00</b>	<b>7 161 494,80</b>
Instalação de Serviços	2 209 300,00	150 195,98	3 242 003,00	1 478 160,71	1 958 001,00	429 245,20
Educação	3 870 016,00	3 212 773,44	2 413 024,00	2 102 262,05	8 975 012,00	2 041 536,90
Saúde	200 002,00	225 900,00	720 000,00	140 715,54	1 000 002,00	361 857,10
Ação Social	120 507,75	1 712 897,16	202 203,00	129 496,00	570 000,00	183 679,22
Mercados e feiras	740 001,00	40 445,46	1 175 000,00	1 202 567,66	800 000,00	95 348,93
Cemitérios	1 875 001,00	51 429,75	3 240 003,00	2 245 049,93	3 465 002,00	1 603 217,64
Cultura	2 675 738,58	2 081 695,88	6 201 012,00	3 977 649,65	3 187 113,00	1 009 726,91
Desporto, recreio e lazer	5 588 014,00	2 137 988,65	8 000 013,00	5 561 120,23	7 855 014,00	1 436 882,90
<b>3. Espaços Verdes</b>	<b>3 752 205,00</b>	<b>605 358,16</b>	<b>4 238 805,00</b>	<b>2 684 592,19</b>	<b>3 768 008,00</b>	<b>774 239,46</b>
<b>4. Total (1 + 2 + 3)</b>	<b>33 226 147,33</b>	<b>16 310 573,95</b>	<b>41 119 053,28</b>	<b>26 232 990,32</b>	<b>51 970 168,00</b>	<b>14 536 379,48</b>
<b>5. Investimento Total (PPI)</b>	<b>41 700 786,94</b>	<b>966,89</b>	<b>45 315 286,21</b>	<b>28 684 935,72</b>	<b>57 635 970,30</b>	<b>379,48</b>
Rácio 4 / 5	0,80	0,78	0,91	0,91	0,90	0,91
A - TMU arrecadada		5 992 505,53		2 057 308,05		1 983 008,42
B - Compensação		575 502,34		638 892,31		492 470,06
C - Infraestruturas		71 090,17		68 752,74		56 178,48
<b>6. Receita A + B + C</b>		<b>6 639 098,04</b>		<b>2 764 953,10</b>		<b>2 531 656,96</b>
<b>7. Total Receita Loteamento e Obras</b>		<b>7 402 697,50</b>		<b>3 457 042,56</b>		<b>3 001 831,36</b>
<b>8. Receita Corrente</b>	<b>100 431 229,00</b>	<b>83 764 847,72</b>	<b>95 783 498,00</b>	<b>85 706 084,77</b>	<b>106 011 624,00</b>	<b>85 683 557,38</b>
<b>9. Receita Total</b>	<b>119 917 575,00</b>	<b>854,10</b>	<b>125 686 816,00</b>	<b>96 331 892,97</b>	<b>152 480 282,00</b>	<b>108 382 550,04</b>
Rácio 6 / 7		89,7%		80,0%		84,3%
Rácio 6 / 8		8,0%		3,2%		3,0%
Rácio 6 / 9		7,6%		2,9%		2,3%
Rácio 6 / PPI		31,8%		9,6%		16,3%
Rácio TMU / PPI		28,7%		7,2%		12,8%

PPI infraestruturas (4.)	56 712 500,93
PPI Total Triénio	65 095 282,09
Receita TMU Triénio	10 032 822,00
TMU / PPI Triénio	15,41%

28/03/2018. — A Presidente da Câmara, *Dr.ª Luísa Salgueiro*.

311241344